

O golpe na Bolívia: cinco lições



Uma nova figura sociopolítica: golpismo militar “por omissão”

Por Atilio A. Boron*

A tragédia boliviana ensina com eloquência várias lições que nossos povos e as forças sociais e políticas populares devem aprender e gravar em suas consciências para sempre.

Aqui, uma breve enumeração, no momento dos acontecimentos, e como prelúdio a um tratamento mais detalhado no futuro.

Primeiro: por mais que se administre de modo exemplar a economia como fez o governo de Evo, se garanta crescimento, redistribuição, fluxo de inversões e se melhorem todos os indicadores macro e microeconômicos, a direita e o imperialismo jamais vão aceitar um governo que não se coloque a serviço de seus interesses.

Segundo: há que estudar os manuais publicados por diversas agências dos EUA e seus porta-vozes disfarçados de acadêmicos ou jornalistas para poder perceber a tempo os sinais da ofensiva. Estes escritos invariavelmente ressaltam a necessidade de destroçar a reputação do líder popular, o que no jargão especializado se chama “assassinato de reputação”, qualificando-o como ladrão, corrupto, ditador ou ignorante.

Esta é a tarefa confiada a comunicadores sociais, autoproclamados “jornalistas independentes”, que, em favor de seu controle quase monopólico dos meios, perfuram o cérebro da população com tais difamações, acompanhadas, no caso que nos ocupa, por mensagens de ódio dirigidas contra os povos originários e os pobres em geral.

Terceiro: cumprido o anterior, chega a hora da direção política e elites

a terra é redonda

econômicas, exigindo “uma mudança”, cobrando a derrubada da “ditadura” de Evo que, como escrevera há poucos dias o inapresentável Vargas Llosa, é um “demagogo que quer eternizar-se no poder”.

Suponho que estará brindando com champanhe em Madri ao ver as imagens das hordas fascistas saqueando, incendiando, acorrentando jornalistas a um poste, raspando a cabeça de uma prefeita e pintando-a de vermelho e destruindo as atas da última eleição para cumprir a ordem de Don Mario e libertar a Bolívia de um maligno demagogo.

Menciono seu caso porque foi e é o porta-estandarte imoral deste ataque vil, desta traição sem limites que crucifica lideranças populares, destrói uma democracia e instala o reino do terror a cargo de bandos de traficantes contratados para castigar um povo digno que teve a ousadia de querer ser livre.

Quarto: entrem em cena as “forças de segurança”. Neste caso estamos falando de instituições controladas por numerosas agências, militares e civis, do governo dos Estados Unidos. Estas as treinam, armam, fazem exercícios conjuntos e as educam politicamente.

Tive ocasião de comprová-lo quando, a convite de Evo, inaugurei um curso sobre “Anti-imperialismo” para oficiais superiores das três armas. Nessa oportunidade, fiquei envergonhado pelo grau de penetração dos mais reacionários bordões norte-americanas herdados da época da Guerra Fria e pela franca irritação causada pelo fato de um indígena ser presidente de seu país.

O que fizeram essas “forças de segurança” foi retirar-se da cena e deixar o campo livre para a descontrolada atuação das hordas fascistas – como as que atuaram na Ucrânia, Líbia, Iraque e Síria para derrocar, ou tratar de fazê-lo neste último caso, líderes incômodos para o império – e, desse modo, intimidar a população, a militância e as próprias figuras do governo. Ou seja, uma nova figura sociopolítica: golpismo militar “por omissão”, deixando que as quadrilhas reacionárias, recrutadas e financiadas pela direita, imponham sua lei. Uma vez que reina o terror e ante a ausência de defesa do governo, o desenlace era inevitável.

Quinto: a segurança e a ordem pública não deveriam jamais terem sido confiadas na Bolívia a instituições como a polícia e o exército, colonizadas pelo imperialismo e seus lacaios da direita autóctone. Quando se lançou a ofensiva contra Evo, optou-se por uma política de apaziguamento e de não responder às provocações dos fascistas. Isto serviu para encorajá-los e dobrarem a aposta: primeiro, exigir o pleito; depois, fraude e novas eleições; em seguida, eleições, mas sem Evo (como no Brasil, sem Lula); mais tarde, a renúncia de Evo; finalmente, ante sua relutância em aceitar a chantagem, semear o terror com a cumplicidade de policiais e militares e forçar Evo a renunciar. De manual, tudo de manual. Aprenderemos estas lições?

***Atilio Boron** é professor de ciência política na Universidade de Buenos Aires.

Tradução:**Fernando Lima das Neves**